



## Correspondência aos Autores

<sup>1</sup> Viviane Martins Ferreira Milagres  
Universidade Federal de Viçosa, Brasil  
E-mail: viviane.milagres@ufv.br  
CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/327979655642367>

<sup>2</sup> Lilian Perdigão Caixêta Reis  
Universidade Federal de Viçosa, Brasil  
E-mail: lilian.perdigao@ufv.br  
CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/2710436780723053>

<sup>3</sup> Sérgio Domingues  
Centro Universitário de Viçosa, Brasil  
E-mail: sdufmg@yahoo.com.br  
CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/9059949891356409>

Submetido: 11 jun. 2021

Aceito: 23 ago. 2022

Publicado: 29 out. 2022

 10.20396/riesup.v10i00.8666009  
e-location: e024002

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



## O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários

Viviane Martins Ferreira Milagres<sup>1</sup>  <https://orcid.org/0000-0003-0459-0522>

Lilian Perdigão Caixêta Reis<sup>2</sup>  <https://orcid.org/0000-0001-6827-871X>

Sérgio Domingues<sup>3</sup>  <https://orcid.org/0000-0001-7190-3803>

### RESUMO

**Introdução:** A população universitária tem, cada vez mais, buscado suportes para enfrentar as dificuldades psicossociais vivenciadas no Ensino Superior. As vivências acadêmicas; o adoecimento mental; as condições socioeconômicas e educacionais; e a presente pandemia da COVID-19 podem alterar as percepções de segurança, conforto e pertencimento do estudante à universidade. É importante que essas instituições possibilitem os discentes a vivenciarem essa fase de forma mais adaptativa, a fim de evitar o surgimento de distúrbios mentais e desigualdades socioeconômicas. Nesse estudo, foi analisado as contribuições da atenção psicossocial nas vivências acadêmicas dos universitários. **Método:** Trata-se de estudo qualitativo, no qual foi realizado um levantamento bibliográfico de pesquisas e legislações brasileiras que envolvem a assistência estudantil; o apoio psicossocial; e as vivências acadêmicas. **Resultados:** Os serviços institucionais de apoio podem promover o empoderamento do estudante frente as suas adversidades. Para isso, entende-se a necessidade de identificar dados como: o perfil do estudante de cada instituição, em todos os níveis de ensino; o perfil do estudante usuário da assistência estudantil; o perfil de saúde desses estudantes; quais modelos de atenção à saúde existem na assistência estudantil; ações e estratégias para enfrentamento dos conflitos interpessoais; o equilíbrio entre a vida acadêmica e a vida pessoal; e ações de intervenção nas vivências acadêmicas. A partir dessa identificação, a universidade deve elaborar um modelo de assistência psicossocial adequada para as necessidades para o corpo estudantil. **Conclusão:** A atenção psicossocial deve fortalecer o vínculo entre o aluno-instituição e promover vivências acadêmicas satisfatórias e a sua permanência na universidade.

### PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas. Rede de apoio. Educação superior. Estudante universitário. Assistência estudantil.

## Psychosocial support and academic experiences of university students

### ABSTRACT

**Introduction:** The university population has increasingly sought support to face the psychosocial difficulties experienced in Higher Education. Academic experiences; mental illness; socioeconomic and educational conditions; and the current COVID-19 pandemic may change the perceptions of security, comfort and student belonging to the university. It is important that these institutions enable students to experience this phase in a more adaptive way, in order to avoid the emergence of mental disorders and socioeconomic inequalities. In this study, the contributions of psychosocial care in the academic experiences of university students were analyzed.

**Method:** This is a qualitative study, in which a bibliographic survey of Brazilian research and legislation involving student assistance was carried out; psychosocial support; and academic experiences. **Results:** Institutional support services can promote student empowerment in the face of their adversities. For this, it is understood the need to identify data such as: the student profile of each institution, at all levels of education; the profile of the student who uses student assistance; the health profile of these students; what health care models exist in student care; actions and strategies for coping with interpersonal conflicts; the balance between academic and personal life; and intervention actions in academic experiences. Based on this identification, the university must develop a model of psychosocial assistance that is adequate for the needs of the student body. **Conclusion:** Psychosocial care should strengthen the link between the student-institution and promote satisfactory academic experiences and their permanence at the university.

#### KEYWORDS

Politic policy. Support network. Higher Education. University student. Support assistance.

## Apoyo psicosocial y experiencias académicas de estudiantes universitarios

#### RESUMEN

**Introducción:** La población universitaria ha buscado cada vez más apoyos para afrontar las dificultades psicosociales presentes en la Educación Superior. Experiencias académicas; enfermedad mental; condiciones socioeconómicas y educativas; y la actual pandemia de COVID-19 puede cambiar la percepción de seguridad, comodidad y pertenencia del estudiante a la universidad. Es importante que estas instituciones permitan a los estudiantes vivir esta fase de una manera más adaptativa, para evitar el sufrimiento mental y las desigualdades socioeconómicas. En este estudio se analizaron los aportes de la atención psicosocial en la experiencia académica de los estudiantes universitarios. **Método:** se trata de un estudio cualitativo, realizado un relevamiento bibliográfico de la investigación y la legislación brasileñas que involucran la atención al estudiante; apoyo psicosocial; y experiencias académicas. **Resultados:** Los servicios de apoyo institucional pueden promover el empoderamiento de los estudiantes frente a sus adversidades. Para ello, es necesario identificar datos sobre: el perfil socioeconómico y de salud de los estudiantes en todos los niveles educativos; qué modelos de atención a la salud existen en la atención al estudiante y cuáles se utilizan; acciones y estrategias de intervención y afrontamiento de conflictos interpersonales y experiencias académicas insatisfactorias; y cómo se produce el equilibrio entre la vida académica y personal. A partir de esta identificación, la universidad debe desarrollar un modelo de asistencia psicosocial adecuado a las necesidades de los estudiantes. **Conclusión:** la atención psicosocial debe fortalecer el vínculo estudiante-institución y promover experiencias académicas satisfactorias y su permanencia en la universidad.

#### PALABRAS CLAVE

Política pública. Red de apoyo. Educación superior. Edudiante universitário. Asistencia estudiantil.

#### CRediT

- **Reconhecimentos:** Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos para a primeira autora durante todo o mestrado em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa.
- **Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código financeiro 001.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto e Redação – rascunho original: Milagres, V. M. F.; Supervisão, Metodologia, Administração de projetos, Redação – revisão e edição: Reis, L.P.C.; Curadoria, Análise formal, Aquisição de financiamento, Recursos, Software, Validação: Não aplicável.

**Editor de Seção:** Andréia Aparecida Simão

## 1 Introdução

A entrada para o Ensino Superior (ES) pode promover o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e interpessoais, assim como a abertura do estudante a novos valores e crenças pessoais, através das oportunidades de exploração introspectiva e de aprendizagem que essa etapa proporciona (SILVA; FERREIRA, 2009). O ES é uma experiência social única e importante para o desenvolvimento humano, envolvendo expectativas, desafios e a construção da identidade pessoal. A forma como ocorre a relação aluno-instituição é de extrema importância, pois assim, a universidade pode proporcionar recursos necessários para o aluno superar suas dificuldades, assim como fazer com que ele permaneça na instituição e conclua a graduação.

Após o entusiasmo inicial da entrada na universidade, é comum os estudantes apresentarem decepções com o curso, o corpo docente e com a instituição e, assim como podem enfrentar dificuldades financeiras e materiais, como a de recursos para compra de mantimentos, roupas, medicamentos ou acesso a serviços de saúde, livros e materiais para aulas, a depender do contexto socioeconômico familiar (FONAPRACE, 2019). Além disso, a transição do Ensino Médio para o Ensino Superior pode envolver mudanças de cidade, ou até mesmo de Estado, surgem novos hábitos de estudo, transformações nas redes de amizade e da vida cotidiana dos estudantes, sendo experienciada de forma singular.

De acordo com os dados do Censo de Educação Superior (INEP, 2019), a taxa de frequência no ES por jovens de 18 a 24 anos tem se estabilizado na porcentagem de 32,7%, sendo que a sua maioria estão em instituições privadas de ensino superior. Em 2019, cerca de três milhões de alunos ingressaram no Ensino Superior, distribuídos em 2.608 Instituições de Ensino Superior (IES), o que corresponde um aumento de 5,4% da edição de 2018.

A expansão das vagas ofertadas na educação superior através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instaurado em 2007, e também pela reserva de vagas das IES pela Lei de Cotas (Lei Nº 12.711/2012) tem possibilitado que jovens de cenários socioeconômicos vulneráveis passassem a ter maior chance de ingresso a esse nível de ensino. No entanto, a entrada desse público nas universidades fez com que novas demandas surgissem, assim como a necessidade de ações específicas para atendê-los.

Então, foi implementado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que objetiva apoiar a permanência dos estudantes de baixa renda nos cursos de graduação nas universidades federais, enquanto fornece igualdade de oportunidade entre todos os estudantes e contribui com a melhoria do desempenho acadêmico. As ações do PNAES são definidas a partir das necessidades do corpo discente e das possibilidades de cada instituição e podem abranger: assistência a moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O acesso às iniciativas de assistência estudantil é restrito à população universitária matriculada

em cursos de graduação, oriundos da rede pública de educação básica e com renda familiar per capita de até um salário e meio. Essas iniciativas são executadas pela própria IES e é seu dever acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento e progresso.

No entanto, permanecer e até mesmo concluir o Ensino Superior não implica que a experiência acadêmica alcançada tenha sido satisfatória, o que pode trazer implicações para a saúde mental e a qualidade de vida do estudante. A literatura tem conferido destaque aos aspectos internos e externos a instituição e fatores da vida cotidiana dos estudantes que podem favorecer a retenção ou provocar a evasão universitária (CARMO, 2018; FERRÃO; ALMEIDA, 2018; COSTA; BISPO; PEREIRA, 2018). Percebe-se a necessidade de mais pesquisas a respeito do apoio psicossocial no Ensino Superior, visto que há na literatura muitos estudos de casos que envolvem a assistência estudantil e serviços de apoio ao estudante, mas sem enfatizar o apoio psicossocial (BLEICHER; OLIVERA, 2016; IMPERATORI, 2017; DIAS, 2020).

A criação de serviços que envolvem profissionais da Psicologia, Psiquiatria e Assistência Social no Ensino Superior foi motivada principalmente pelos altos índices de evasão de estudantes, mas, também, há a expectativa das IES de que esses profissionais favoreçam o desenvolvimento humano e acadêmico do estudante, a fim de garantir sua permanência na instituição e proporcionar condições adequadas para lidar com as exigências acadêmicas dessa etapa (SOUZA, 2011). Além disso, há questões como gênero, raça, condições socioeconômicas, deficiências, relações interpessoais, uso e abuso de álcool e outras drogas e psicopatologias que afetam o modo de acesso, de vivenciar e concluir a graduação. Nesse sentido, esse estudo objetiva compreender de que forma os serviços de apoio psicossocial podem contribuir para a construção de vivências acadêmicas satisfatórias pelos estudantes universitários.

Do ponto de vista metodológico, esse estudo se caracteriza como qualitativo com abordagem descritiva e explicativa dos processos que envolvem a permanência no Ensino Superior e a assistência estudantil no Ensino Superior, em especial, àquelas que oferecem apoio psicossocial aos universitários. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura do tipo narrativa, na qual utilizou-se das seguintes palavras-chaves: “apoio psicossocial”; “vivências acadêmicas”; “saúde mental no ensino superior”; “assistência estudantil no ensino superior”. Os sítios de busca foram: SciELO, PePSIC e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e também, das legislações brasileiras com foco na educação superior, saúde mental e assistência estudantil.

## 2 As políticas de assistência psicossocial no Ensino Superior

O marco da democracia brasileira é a Constituição Federal de 1988, fruto das manifestações políticas e sociais, que visaram a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais através da implementação de políticas públicas que garantissem os direitos sociais, políticos, educacionais e de saúde para a população

brasileira, principalmente para aqueles de contextos vulneráveis.

A educação como um direito constitucional de todos é fruto da nossa constituição, mas somente no ano de 1996 é implementado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual afirma-se que é dever do Estado propor ações que garantam a igualdade de acesso e a permanência do estudante na educação pública, em todos os níveis de ensino. O Ensino Superior é reconhecido no Brasil como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, ascensão social e melhoria da qualidade de vida individual, social e familiar. No entanto, apesar da presença de políticas que afirmem a necessidade de garantir a igualdade de acesso e permanência na educação, a realidade está distante disso, visto que 32.4% dos jovens com idade entre 18 a 24 anos frequentam o Ensino Superior brasileiro (IBGE, 2020) e 52.8% dos estudantes universitários já pensaram em desistir do curso, sendo as principais causas: as dificuldades financeiras; o nível de exigência acadêmico; dificuldades para conciliar os estudos e trabalho; problemas de saúde; as dificuldades do próprio campo profissional; relacionamentos no curso; a incompatibilidade com o curso escolhido; a insatisfação com a qualidade do curso; os problemas familiares; assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito (FONAPRACE, 2019).

Diante dessa realidade, é implementado o Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei Nº 13.005/2014, que propõe a ampliação, em dez anos da sua vigência (2014-2024), das políticas de inclusão e assistência estudantil aos estudantes de instituições públicas, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais, socioeconômicas e acadêmicas e as aumentar taxas de acesso e permanência na educação superior. Identificar as razões pelas quais os estudantes decidem abandonar o ensino superior é de extrema importância para que se possa formular políticas públicas e assistências, assim como caracterizar o seu público-alvo.

No âmbito da saúde mental e assistência psicossocial, uma importante política é no Brasil é a Lei Paulo Delgado (Lei Nº 10.2016 de 6 de abril de 2001), que dispõe sobre os direitos e a proteção das pessoas acometidas com transtornos mentais. Nesta, é responsabilidade do Estado o desenvolvimento de políticas com ênfase em assistência em saúde mental e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família.

A Lei Paulo Delgado foi um marco legal para a mudança do entendimento do processo saúde-doença, que já vinha acontecendo desde a década de 1970 com a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial, tornando o acompanhamento e tratamento do sofrimento psíquico mais humanizado e respeitando as necessidades do indivíduo.

Então, em consonância com a Constituição de 1988, cria-se o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de garantir o acesso a saúde para todos e surge a proposta de um trabalho interdisciplinar para promover ações em saúde, envolvendo profissionais da medicina, do serviço social, da psicologia, terapia ocupacional e atividades de lazer, culturais e entre outras áreas de conhecimento importantes para a reabilitação psicossocial do indivíduo em sofrimento psíquico. Buscou-se implementar direitos assistenciais pautados na promoção, prevenção,

tratamento, reabilitação, vigilância sanitária e epidemiológica, em um sistema público e universal de saúde, incorporando determinantes políticos, sociais e econômicos no entendimento do processo de saúde-doença, criando os programas municipais como Programa de Saúde da Família (PSF) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016).

Em 1994, o Ministério da Saúde implementou o Programa da Saúde da Família, para atuar em conformidade com os princípios do SUS, que realiza, através de uma equipe multiprofissional (médico de família ou generalista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e os agentes comunitários de saúde), atividades de promoção, prevenção e recuperação em saúde das famílias e seus integrantes. Nesse local ocorre o primeiro contato do indivíduo com o sistema local de saúde, servindo como porta de entrada, articulada com outros serviços existentes no município ou região (BRASIL, 1994).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) surgem como rede substitutiva ao hospital psiquiátrico no Brasil para evitar as internações. Nos CAPS, é promovido a inserção social das pessoas com transtornos mentais através de ações intersetoriais; regula-se a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental; e possibilita o suporte a atenção à saúde mental na rede básica. É importante frisar que os CAPS atuam como substitutos e não complementares aos hospitais psiquiátricos e, a partir do ano de 2002, receberam uma linha específica de financiamento do Ministério da Saúde. (BRASIL, 2005).

Os avanços alcançados pelo Ministério da Saúde, como a implementação dos CAPS e PSFs, não se repetiu em outros ministérios (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016). Os serviços de saúde do trabalhador e os serviços de saúde estudantil continuaram desintegrados da rede sanitária, ou seja, do Sistema Único de Saúde (SUS), e permaneceram federalizados, com ofertas basicamente concentradas em perícias e tratamentos pontuais.

No caso da saúde do servidor público federal, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) que objetiva integrar ações e programas de promoção, prevenção e assistência à saúde e perícias oficiais (BRASIL, 2009). No caso dos estudantes de graduação das universidades públicas federais e de contextos socioeconômicos vulneráveis, eles dependem dos serviços oferecidos pelo SUS da cidade onde a universidade está localizada ou das políticas de assistências estudantis, que variam de acordo com a instituição. Os estudantes da pós-graduação foram os mais prejudicados pelos ministérios, pois não possuem uma política de saúde voltadas a eles, visto que o público da assistência estudantil são os estudantes da graduação.

Os serviços de apoio aos estudantes universitários foram se desenvolvendo em consonância com a expansão do Ensino Superior, aumentando o acesso e a diversificação da população universitária, possuindo, dessa forma, um importante papel na construção do sucesso acadêmico na contemporaneidade (DIAS, 2020; DIAS; SAMPAIO, 2020). Esses serviços de apoio ganharam relevância nas instituições por auxiliarem a permanência dos estudantes nas

universidades.

No entanto, a atenção à saúde não é objetivo das ações do Ministério da Educação, mas uma das formas de se conseguir chegar ao objetivo de reduzir as taxas de evasão e estimular a permanência do estudante na instituição. Então, é necessário um delineamento claro para os investimentos financeiros em cada área proposta pelo PNAES, pois há priorização de algumas áreas, especialmente alimentação, transporte e moradia do que outras também comprovadas como relevantes, como a saúde (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016).

Uma das dificuldades enfrentadas pelos profissionais é compreender como a sua atuação pode contribuir para a assistência estudantil interligada ao serviço social, educação, psicologia, saúde, nutrição, cultura, entre outros. A interdisciplinaridade ocorre quando há espaços para a discussão da vida acadêmica dos estudantes, envolvendo os docentes das instituições também, pois isso favorece o estudo de caso da universidade, facilita a identificação das necessidades dos estudantes; impulsiona o trabalho interdisciplinar; e a pensar estratégias de encaminhamentos, de prevenção e promoção do bem-estar acadêmico, como cursos e oficinas de apoio à aprendizagem (DIAS, 2020).

Isso é confirmado por Imperatori (2017) quando afirma que algumas instituições oferecem residências universitárias, nas quais há quartos mobiliados e eletrodomésticos, enquanto outras instituições oferecerão bolsas destinadas ao pagamento dos gastos da moradia, com valores variados, o que também ocorre para auxílio à alimentação e à saúde. Os serviços de apoio ao estudante universitário são capazes de proporcionar qualidade de vida, motivação e acompanhamento pedagógico para os estudos, além do acesso a profissionais de diversas áreas do conhecimento, como medicina, psiquiatria, psicologia clínica e aconselhamento, educação e entre outros. (ALTBACH; HADDAD, 2009 APUD DIAS, 2020).

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742/1993), é direito do cidadão e é dever do Estado prover os mínimos sociais, realizado através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, com objetivo de garantir o atendimento às necessidades básicas. No âmbito da educação superior, a assistência social deve garantir que os estudantes de contextos socioeconômicos e familiares vulneráveis tenham acesso à moradia, alimentação, a saúde, medicamentos, apoio pedagógico, transporte, bolsas-trabalho e outras necessidades básicas (IMPERATORI, 2017).

No caso das bolsas-trabalho, elas são distribuídas para estudantes que possuem um bom rendimento acadêmico, conforme proposto pelo Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2004). No entanto, a conciliação entre estudos e trabalho, associada a presença de vulnerabilidades psicossociais, pode acarretar impactos para o rendimento acadêmico e as vivências acadêmicas dos estudantes, resultando na necessidade de apoio institucional.

No caso da atuação do serviço social no Ensino Superior, confirme Nascimento, Souza e Siqueira (2021), deve-se promover atendimento, acolhimento, escuta social e orientações presenciais ou remotas aos estudantes e seus familiares, com intervenções voltadas a auxílios;

atuar junto às vulnerabilidades socioeconômicas, sociodigitais, socioafetivas e sociofamiliares; às condições de estudo; ao Ensino Remoto Emergencial, o que envolve editais de empréstimos de equipamento tecnológicos; impactos do isolamento e distanciamento social com a Pandemia da COVID-19; aos conflitos e desafios familiares; à acessibilidade; às sexualidades; aos projetos acadêmicos e profissionais; e às demandas de saúde, dialogando com outros profissionais e/ou instituições.

Os serviços de atenção psicológica no Ensino Superior foram inseridos de diversas formas pelas Instituições de Ensino Superior e são encontrados associados aos departamentos de Psicologia ou Psiquiatria, vinculados a uma Pró-Reitoria da Instituição ou desvinculados de um serviço e atuando de forma isolada ou até mesmo inexistente. Todas universidades devem possuir um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual aborda a presença, o funcionamento e modo de prática desses serviços e é através do PDI que as universidades são avaliadas pelo Sistema Nacional Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação (MEC).

O SINAES, implementado pelo Lei N°10.861/2004, estabelece que para uma Instituição de Ensino Superior (IES) obter o conceito cinco, numa escala de zero a cinco, deve apresentar em política de atendimento ao discente (indicador 3.11 da avaliação):

programas de acolhimento e permanência do discente; programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação; acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados; apoio psicopedagógico; atendimento ao discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição; e promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras (BRASIL, 2004).

A presença de serviços voltados para a saúde mental dos discentes, como os serviços de atenção psicossocial, pode ser fundamental para o modo como os estudantes experienciam o Ensino Superior, funcionando como facilitadores do processo de formação, promovendo ressignificações das estratégias de ensino-aprendizagem; melhoria da convivência social e familiar; permanência no Ensino Superior; suporte emocional e social; e adaptação à rotina acadêmica.

Nesse sentido, faz parte dos serviços de apoio psicossocial cuidar e acolher a queixa, dificuldade, inseguranças ou impedimentos apresentados pelo estudante e, a partir disso, movimentar um diálogo de superação e solução, mesmo que provisório. O objetivo central é retomar o rumo da aprendizagem e orientar o estudante a reorganizar sua rotina diária, oferecendo qualidade de vida e bem-estar psicossocial (NASCIMENTO, SOUZA; SIQUEIRA, 2021).

A democratização do acesso à educação superior e a permanência do estudante nas IES tem sido possibilitada através das ações afirmativas e pela assistência estudantil, sendo possível notar a importância dessas políticas para reduzir as desigualdades vivenciadas por grande parcela da população jovem brasileira.



### 3 As vivências acadêmicas dos estudantes universitários

A transição da sociedade industrial para a chamada sociedade do conhecimento passou a exigir maior preparação em termos de educação da juventude e a postergação de seu ingresso no mercado de trabalho (POCHMANN, 2005). No entanto, o sistema educacional brasileiro encontra-se defasado para maioria dos jovens, impedindo que muitos concluam o Ensino Médio e acessem o Ensino Superior.

Ao referirmos à condição juvenil contemporânea, é preciso considerar “juventudes” no plural, e não juventude no singular, visto que são diversos os fatores que a influenciam, a depender de cada indivíduo e do contexto que está inserido (ABRAMO, 2005). Nesse mesmo sentido, deve-se considerar as vivências acadêmicas, no plural, pois torna-se necessário avaliar as diferenças familiares, emocionais, pessoais e sociais e as desigualdades socioeconômicas para compreender o modo de se viver o Ensino Superior e as diversas trajetórias traçadas, a depender dos fatores de interferência na vida do estudante.

A entrada para o Ensino Superior, de acordo com Almeida e Soares (2004), é a concretização de um sonho para a maioria dos jovens. Ao chegarem na universidade, carregam em si visões irrealistas e ingênuas sobre como será a experiência da vida universitária, levando-os a experienciar grandes níveis de ansiedade e estresse que afetam o seu ajustamento ao Ensino Superior.

Para Penha, Oliveira e Mendes (2020), há a prevalência de transtornos mentais entre os estudantes universitários quando comparados à população geral, os quais demonstram sinais e sintomas de estresse, *Burnout*, ansiedade e depressão. O ingresso a essa etapa de ensino necessita de recursos cognitivos e emocionais complexos, para lidar com a transição para o novo ambiente acadêmico e uma rede social de apoio para auxiliar com as mudanças dessa etapa.

A expansão do ensino universitário, segundo Almeida e Santos (2006), fez com que a Instituição de Ensino Superior atendesse todos os seus estudantes com as mesmas instalações, os mesmos cursos e currículos e os mesmos métodos de ensino, que até então atendiam satisfatoriamente a elite social. A satisfação acadêmica pode ser considerada uma variável cognitivo-afetiva que reflete na avaliação subjetiva dos alunos quanto a qualidade da sua experiência acadêmica (SANTOS, 2019). Porém, a satisfação acadêmica não deve ser somente avaliada em parâmetros de notas alcançadas e progresso acadêmico do estudante, mas sim considerando toda a experiência vivida pelo estudante no contexto educacional, englobando também os aspectos cognitivos, emocionais, sociais, familiares e financeiros.

Foi identificado que a idade média dos estudantes que buscam auxílio em saúde mental coincide com a idade de transição do desenvolvimento humano, ou seja, período marcado na definição de identidade sexual, profissional e ideológica. Essa transição pode provocar ao jovem universitário demandas como lidar com a distância da família, mudança da cidade de

origem, diferentes estilos de aprendizagem oferecidos por diferentes professores, alta carga de trabalho e outros fatores (PENHA, OLIVEIRA; MENDES, 2020).

A integração ao Ensino Superior, ou seja, o grau de compartilhamento de atitudes, normas e valores do estudante com seus pares e instituição, é reconhecido como um processo complexo e multidimensional, construído entre o indivíduo e o seu cotidiano (SANTOS et al., 2013). Considera-se que a integração e a satisfação acadêmica são um processo dinâmico e recíproco, pois os estudantes modificam o ambiente universitário e nas normas implementadas a partir das suas percepções, escolhas e ações; e ao mesmo tempo, as oportunidades oferecidas pelo ambiente interferem nas experiências acadêmicas dos estudantes (SANTOS et. al., 2013). Então, entende-se que a integração e a satisfação acadêmicas são variáveis cognitivas-afetivas que afetam no modo como experienciam a vida universitária.

As vivências acadêmicas, ou seja, a forma que o estudante vivencia o Ensino Superior, possuem as seguintes dimensões: a *dimensão pessoal* se refere ao bem-estar psicológico, físico, autonomia, autoconceito e estabilidade afetiva; a *dimensão interpessoal* que se refere às relações interpessoais estabelecidas e à qualidade dessas relações; a *dimensão carreira* refere-se aos sentimentos do estudante relacionados ao curso matriculado e as suas percepções e perspectivas de carreira e do curso; a *dimensão estudo* se refere aos hábitos de estudos, gestão do tempo e recursos de aprendizagem; a *dimensão institucional* se refere aos sentimentos de apreciação da instituição de ensino frequentada (ALMEIDA, FERREIRA; SOARES, 2002).

No estudo realizado por Pachane (1998), foram identificados fatores que interferem nas vivências acadêmicas na visão dos alunos, sendo eles: acadêmicos, que envolvem alta carga de trabalho e processos de ensino-aprendizagem; falta de tempo para lazer e esportes; sentimento de frustração diante das expectativas criadas e do desempenho acadêmico esperado; sentimento de competitividade entre os colegas; limitações econômicas; adaptação social; presença de sentimentos de ansiedade, medo e tensão; e insatisfação com o curso. E as razões pelas quais os discentes abandonam o Ensino Superior nem sempre estão relacionados a fatores essencialmente acadêmicos, mas também a fatores relacionados a esfera psíquica, social, institucional, familiar e financeira.

Segundo Tinto (1975), deve-se levar em consideração ao analisar a temática do abandono escolar: as características do ambiente no qual o aluno está inserido, como status social, econômico e comunidade de residência; atributos pessoais como gênero, habilidades, raça e etnia; expectativas acadêmicas e motivação com a carreira escolhida; e conhecimento sobre a estrutura da IES escolhida.

A pandemia da COVID-19, a partir do ano de 2020, trouxe outros desafios na forma de vivenciar o Ensino Superior, tais como: a implementação do Ensino Remoto Emergencial para respeitar as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de distanciamento social; o voltar para a cidade natal e para a casa dos familiares, visto que antes moravam em repúblicas ou compartilhando apartamento com outros estudantes ou em moradias estudantis; a falta de recursos tecnológicos para assistirem as aulas remotas; o adiamento da formatura e das

comemorações; o aumento dos casos de ansiedade e depressão durante o período de isolamento social e diante das incertezas desse momento; o estar longe dos amigos ou da família; as dificuldades de acompanhar o ritmo das aulas online; entre outros fatores.

De acordo com Albanaes (2019), foi identificado um declínio na saúde mental dos discentes após o ingresso no contexto universitário devido a própria fase universitária vivenciada, mas também pelos desafios nas dimensões pessoal, interpessoal, acadêmica e carreira, o que passou a interferir na sua percepção de bem-estar psicossocial, satisfação acadêmica e motivação para concluir os estudos.

Diante disso, é importante para a compreensão das vivências acadêmicas conhecer o nível de satisfação apresentado pelos estudantes; os aspectos do seu desenvolvimento psicossocial; os fatores socioeconômicos e educacionais apresentados; e as relações interpessoais estabelecidas para que, então, as Instituições de Ensino Superior possam promover ações que garantam vivências acadêmicas satisfatórias e o bem-estar psicossocial dos estudantes universitários, enquanto promovem a sua permanência na instituição.

#### 4 O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas

A elaboração de estratégias de atenção à saúde mental destinada aos universitários são essenciais para a qualidade do processo de formação e desenvolvimento do estudante e da instituição de ensino, pois a assistência psicossocial considera as potencialidades dos indivíduos, produz ações de bem-estar, qualidade de vida e acolhimento do estudante, a prevenção do adoecimento emocional e a promoção da qualidade da vivência psicoafetiva e do desempenho acadêmico do estudante (PENHA, OLIVEIRA; MENDES, 2020).

A adaptação e a vivência acadêmica do estudante no Ensino Superior devem ser investigadas, pois envolvem diversos aspectos do seu desenvolvimento, tais como o pessoal; interpessoal; da aprendizagem; e o institucional, e os sinais e comportamentos de risco que interferem para a adaptação do estudante (ALMEIDA; CASANOVA, 2019). As ações afirmativas tem mostrado que as taxas de permanência dos estudantes beneficiários são maiores, mesmo que esses alunos tenham tido menor pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (FERRÃO; ALMEIDA, 2018).

A entrada no Ensino Superior gera mudanças para o desenvolvimento humano e ecológico do estudante e a presença de relações de apoio, como a atenção psicossocial, favorecem o acolhimento do estudante, a formação do sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica e a redução dos sentimentos de isolamento, medo, ansiedade e depressão, sintomas comuns aos estudantes universitários (ROGERS et al., 2018).

Os serviços de atenção psicossocial no Ensino Superior surgiram a partir da demanda de ações voltadas para o bem-estar do estudante e a sua permanência na instituição. No entanto, as demandas são variadas, visto que a universidade e a comunidade acadêmica são compostas por

uma diversidade de cursos e pessoas, que possuem diferentes queixas; níveis sociais e econômicos; valores; visões de mundo; e outras características (SOUZA, 2011).

No Brasil, destaca-se entre os grupos com maior demanda de suporte da assistência psicossocial, os estudantes que vieram de condições socioeconômicas diversificadas e camadas desprivilegiadas da população (FRAGOSO, 2016), cujo ingresso ao Ensino Superior, especialmente nas universidades públicas, ocorreu após a expansão e implementação de políticas públicas, tais como: SINAES (BRASIL, 2004); REUNI (BRASIL, 2007), PNAES (BRASIL, 2010); Lei de Cotas (BRASIL, 2012); e Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2016).

Isso é confirmado por Del Giudice (2013) na sua pesquisa, na qual 38% dos estudantes de uma universidade pública federal relataram que a assistência estudantil contribuiu no orçamento familiar, pois os pais puderam investir em outras necessidades, como manter mais um filho estudando na universidade. Para os pais participantes da pesquisa, se os filhos não tivessem o benefício da assistência, eles precisariam conciliar os estudos com o trabalho. Essa pesquisa evidenciou as repercussões existentes da assistência estudantil nos aspectos acadêmicos, pessoal, familiar e social dos estudantes beneficiários.

De acordo com Leitão et al. (2000), frequentemente os jovens estudantes carecem de suportes adequados no ambiente acadêmico que lhes auxiliem no sentido de transformar os desafios em situações potencializadoras do desenvolvimento pessoal. Dessa forma, os autores afirmam que é indispensável a criação de serviços de apoio psicológico, psicopedagógico e psicossocial como estratégias de apoio para os jovens e para ajuda-los a enfrentar possíveis barreiras acadêmicas.

Para Accorsi (2015), são os seguintes fatores de risco para o bem-estar psicossocial das vivências universitárias: o aspecto migratório; adaptação e progresso do estudante; demandas crescentes de responsabilidade; demandas psicológicas; limitações econômicas, sociais e psicológicas; questionamentos sobre a carreira e curso escolhidos; a formatura; o enfrentamento do mercado de trabalho; o medo de fracassar; e consumo de álcool e outras drogas. E, em contraponto, os fatores de proteção para as vivências acadêmicas são os recursos pessoais e ambientais que fortalecem e dão suporte ao indivíduo para o enfrentamento dos dificultadores (CARDOSO, BORSA; SEGABINAZII, 2018).

Os fatores de proteção devem interagir com o impacto dos fatores de risco manifestados e proporcionar alternativas para a resolução dos problemas vivenciados no cotidiano de risco psicossocial (AMPARO et al., 2008). Nesse sentido, os serviços de apoio aos estudantes universitários devem contemplar três vertentes de intervenção: preventiva, remediativa e de investigação.

A *intervenção preventiva* preconiza o ingresso do aluno no Ensino Superior, com o intuito de promover sucesso acadêmico, difundir informações sobre possíveis barreiras acadêmicas e programas de potenciais empregadores. A *intervenção remediativa* preconiza o apoio psicopedagógico, a orientação ou reorientação escolar e o apoio individual a problemática pessoal e relacional. Por último, a *intervenção da investigação* preconiza os

estudos sobre as condições e fatores do sucesso ou insucesso acadêmico e os índices de empregabilidades dos alunos que concluíram o curso (LEITÃO et al., 2000).

A relação aluno-instituição é de extrema importância para verificar como ocorre o processo de formação do estudante, pois a forma como essa relação é estabelecida pode também trazer prejuízos para a saúde mental, o bem-estar psicossocial, a qualidade de vida e para suas vivências acadêmicas. Afinal, relações institucionais adoecedoras contribuem para representações escolares adoecedoras, que interferem no desenvolvimento pleno das atividades no ambiente educacional e, por isso, são necessárias as propostas de intervenção direcionadas à promoção e prevenção de saúde mental de acordo com as necessidades identificadas na comunidade acadêmica (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016).

As políticas de assistência estudantil se situam na interseção da assistência social com a educação, representando um avanço para o reconhecimento da assistência estudantil como um direito social (IMPERATORI, 2017). Além disso, a autora afirma que é necessário compreender que o desempenho acadêmico não é resultado de um processo de capacidade-oportunidade, mas inclui outros elementos como situação socioeconômica e acrescentado aqui pelos autores as vivências acadêmicas dos estudantes.

Os estudantes universitários são vulneráveis a algumas formas de adoecimento, sobretudo em questões relacionadas à saúde mental. As queixas mais frequentes apresentadas pelos usuários dos serviços de saúde mental em uma universidade pública, foram: cansaço; dificuldade de aprendizagem e concentração; esquecimento; perturbação do sono; sentimentos de fracasso; irritabilidade; inquietação; inibição; timidez; baixa autoestima; insegurança; desânimo; e dificuldades nos relacionamentos interpessoais (CERCHIARI, CAETANO; FACCENDA, 2005).

Por isso, é necessário identificar dados como: o perfil do estudante de cada instituição, em todos os níveis de ensino; o perfil do estudante usuário dos programas de assistência estudantil; o perfil de saúde desses estudantes; quais modelos de serviços de atenção à saúde existem na assistência estudantil; ações e estratégias para enfrentamento dos conflitos interpessoais; o equilíbrio entre a vida acadêmica e a vida pessoal; e ações de intervenção e cuidado das vivências acadêmicas dos estudantes. Percebe-se que a utilização dos espaços físicos da universidade para descanso e relaxamento, amplia a concepção da instituição como ambiente puramente acadêmico (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016; PENHA, OLIVEIRA; MENDES, 2020).

A adaptação do estudante no Ensino Superior envolve diversos aspectos do seu desenvolvimento que devem ser investigados. A partir dessa identificação, a universidade deve elaborar um modelo de assistência psicossocial adequada para as necessidades para o corpo estudantil, assim como proporcionar capacitação para o corpo técnico, docentes e discentes sobre questões relativas à saúde pública.

Os serviços institucionais de apoio podem promover o empoderamento do estudante frente as suas adversidades, apoiando-o na mobilização dos seus recursos pessoais para

enfrentar de forma positiva os novos desafios. Além disso, a instituição de ensino deve se atentar para as expectativas acadêmicas dos estudantes, caso elas não se concretizem, e as situações de isolamento ou de redes fracas de apoio do estudante, que são identificadas como causas que levam à evasão do aluno (ALMEIDA; CASANOVA, 2019).

As iniciativas de atenção psicossocial vinculadas ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e aos órgãos gestores responsáveis por sua implantação e manutenção restringem sua assistência para os estudantes em situação de fragilidade socioeconômica. No entanto, os seus serviços precisam ser expandidos a todos os estudantes das universidades, não somente aqueles que possuem condições socioeconômicas vulneráveis, mas também, aqueles que estão enfrentando dificuldades de adaptação à instituição; vivências acadêmicas insatisfatórias ou adoecedoras; e abranger os estudantes da pós-graduação que não possuem assistência psicossocial adequada para suas dificuldades.

## 5 Considerações finais

A complexidade das vivências acadêmicas e os desafios enfrentados no Ensino Superior, muitas vezes são experienciadas com excessiva ansiedade e esgotamento dos recursos pessoais e carecem atenção pela instituição no momento da implementação e criação das políticas institucionais de apoio ao estudante. Os serviços de apoio psicossocial possuem um papel fundamental de fortalecer o vínculo entre o aluno e a instituição, a fim de gerar maior sentimento de pertencimento à instituição; maior desempenho acadêmico; a retenção; e promoção de bem-estar psicossocial ao estudante.

De acordo com o panorama apresentado, percebe-se os avanços das políticas de assistência estudantil presentes na legislação brasileira. No entanto, é possível observar que o acesso não implica a permanência do estudante na instituição e a qualidade do seu aprendizado e, por isso, a presença de políticas públicas e serviços de atenção psicossocial são importantes para reduzir os índices de desigualdades e proporcionar igualdade de oportunidade no ensino superior, bem-estar psicossocial e melhorias no desempenho acadêmico.

É importante a relação existente entre as políticas de assistência estudantil e as vivências acadêmicas dos universitários, pois os sentimentos pessoais vividos pelo estudante, associados à sua percepção de segurança, de conforto e de pertencimento à comunidade acadêmica, implicam não apenas na sua permanência no Ensino Superior, mas também na qualidade do seu aprendizado e na produção de conhecimento. Para que o aluno possa se desenvolver no Ensino Superior, atingir um bom desempenho acadêmico e concluir os estudos é necessário associar a qualidade da formação oferecida, as políticas de assistência estudantil, as quais envolvem o apoio psicossocial e as vivências acadêmicas satisfatórias e saudáveis.

Então, as políticas psicossociais presentes no Ensino Superior surgem como direito social com objetivo de proporcionar igualdade de oportunidade para a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e o bem-estar psicossocial. Entende-se

que a atuação profissional nesses serviços é complexa e que muitas atividades não são realizadas devido à falta de tempo e sobrecarga da demanda dos setores, mas enfatiza-se a importância desses serviços para a construção de um ambiente de aprendizagem, desenvolvimento e de socialização mais saudáveis para os estudantes.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. DOI:10.1590/S0103-20702005000200020

ACCORSI, Michaela Ponzoni. **Atenção psicossocial no ambiente universitário: um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158800>. Acesso em: 11 ju. 2021.

ALMEIDA, Leandro Silva et al. Acesso e sucesso no Ensino Superior em Portugal: questões de gênero, origem sócio-cultural e percurso acadêmico dos alunos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), p. 507–514, 2006. Disponível: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8w9yQ7S7Jq4VT9dd8tPGVtG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALMEIDA, Leandro Silva.; CASANOVA, Joana Ribeiro. A. Desenvolvimento psicossocial e sucesso acadêmico no Ensino Superior. In: VEIGA, Feliciano Henriques (Org.). **Psicologia da Educação: Temas de Aprofundamento Científico para a Educação XXI**. Lisboa: Climepsi Editores, pp.101-128, 2019. ISBN 978-972-796-374-4

ALMEIDA, Leandro Silva; FERREIRA, Joaquim Armando Gomes; SOARES, Ana Paula Campos. Questionário de Vivência Acadêmica: construção e validação da versão reduzida (QVA-r). **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 3, p. 181–207, 1999. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/issue/archive>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALMEIDA, Leandro Silva; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando Gomes. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. *Avaliação Psicológica*, 1(2), p. 81-93, 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v1n2/v1n2a02.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

AMPARO, Deise Matos; GALVÃO, Afonso Celso Tanus; BRASIL, Katia Tauroquella. Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, Natal, 13(2), p. 165–174, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/gsdKxqMDzFXQDjr5TVSvqbp/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno De. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**,

20, n. 3, p. 543–549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/i/2016.v20n3/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Distrito Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Ministério da Saúde, Brasília, 1997. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09\\_16.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a Lei Paulo Delgado, na qual aborda os direitos das pessoas acometidas de transtorno mental, 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, OPAS, 2005. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2006**. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. **Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas**



**universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

CARDOSO, Hugo Ferrari; BORSA, Juliane Callegaro; SEGABINAZI, Joice Dickel. Indicadores de saúde mental em jovens: fatores de risco e de proteção. **Est. Inter. Psicol.**, v. 9, n. 3, p. 3–25, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223664072018000400002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072018000400002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 jun. 2021.

CARMO, Amanda Juliana. **Evasão universitária: repercussões na trajetória e no projeto de vida dos jovens**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/22096/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Utilização do serviço de saúde mental em uma universidade pública. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 25, n. 2, p. 252–265, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/i/2005.v25n2/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

COSTA, Francisco José da; BISPO, Marcelo de Souza; PEREIRA, Rita de Cássia de Faria. Dropout and retention of undergraduate students in management: a study at a Brazilian Federal University. **RAUSP Management Journal**, v. 53, n.1, p. 74–85, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2531048817300251>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DEL GIUDICE, Junia Zacour Azevedo. **Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG: Repercussões nos Indicadores Acadêmicos e na Vida Pessoal, Familiar e Social dos Beneficiários**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3386>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Trabalho interdisciplinar e equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes do ensino superior. **Revista de Ciências da Educação**, 47, p. 215–240, 2020. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/906>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos et al (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**, Campinas: Editora da UNICAMP, p. 2016–240, 2020. ISBN 978-65-87645-79-7.

FERRÃO, Maria Eugénia; ALMEIDA, Leandro Silva. Multilevel modeling of persistence in higher education. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 664–

683, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362018000300664&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362018000300664&lng=en&tlng=en). Acesso em: 11 jun. 2021.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Lei Nº 13.005 de junho de 2014. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação em vigor durante dez anos (2014-2024)**, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 jun. 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v. 129, p. 285–303, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 11 jun. 2021.

LEITÃO, Ligia Mexia et al. Apoio psicossocial a estudantes do ensino superior: Do modelo teórico aos níveis da intervenção. **Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 123–147, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v14n2/v14n2a01>. Acesso em: 11 jun. 2021.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SOUZA, Fábio Kalil de; SIQUEIRA, Débora Lima. Assistência estudantil e processos de trabalho da equipe multidisciplinar do IFS - Campus Lagarto. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 111–127, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/496/426>. Acesso em: 11 jun. 2021.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp.217-241, 2004. ISBN 85-7643-006-1.

PENHA, Joaquim Rangel Lucio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 1, p. 369–395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ROGERS, Adam et al. Trajectories of positive and negative affect across the transition to college: The role of daily interactions with parents and friends. **Developmental Psychology**, v. 54, n. 11, p. 2181–2192, 2018. Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/dev0000598>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos et al. Integração ao ensino superior e satisfação acadêmica em universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 780–793, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000400002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; ZANON, Cristian; ILHA, Vanessa Domingues. Autoeficácia na formação superior: seu papel preditivo na satisfação com a experiência acadêmica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 36, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2019000100201&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2019000100201&tlng=pt). Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Sofia de Lurdes Rosas da; FERREIRA, Joaquim Armando Gomes. Família e ensino superior: que relação entre dois contextos de desenvolvimento? **Exedra: Revista Científica**, 1, p. 101–126, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398329>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOUZA, Grasiela Gomide. **Atenção psicológica em universidade: a experiência de estudantes como clientes**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15909>. Acesso em 11 jun. 2021.

TINTO, Vicent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89–125, 1975. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 11 jun. 2021.